

COLUNA DO ESTADÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

CRISTIANA LÔBO, COM AGÊNCIA ESTADO

CPI - orçamento 26 DEZ 1993

Juntos

Pode ter passado despercebido para a maioria, porém o que mais comprometeu Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) em seu depoimento à CPI do Orçamento foi responder ao relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), ter consciência de que, há dois anos, poderia usar a prerrogativa de presidente da Câmara para arbitrar a favor da instalação da CPI do Orçamento àquela época.

A pergunta de Magalhães nasceu da acusação de Ibsen ao Senado, responsabilizando aquela Casa pela protelação contínua da decisão em torno da CPI, até que se expirasse o prazo regimental. Àquela altura, já eram mais do que suficientes os indícios de crime contra o Orçamento.

Mais do que o dinheiro da compra do apartamento em Porto Alegre, não explicado, ou a não-apresentação do relatório dos auditores da Trevisan, o que torna nítido o comprometimento do deputado com a causa dos "anões" do Orçamento, é admitir sua contribuição contra a instalação da CPI — sugestão que lhe foi apresentada pelo grupo Novo Parlamento, do qual ele fazia parte.

Para a CPI, Ibsen teve um belo desempenho pessoal, que confirma sua fama de excelente tribuna, mas o conteúdo de seu depoimento é a melhor prova de acusação que a comissão poderia ter.

Esse pecado poderá levá-lo ao relatório final de Magalhães.

Voou

Engana-se quem pensa que a comunidade de informações está desativada. Continua atuante.

Foi a partir da gravação de conversa entre "anões" da Comissão de Orçamento que se soube que Ibsen Pinheiro viajaria para um paraíso fiscal, entre 11 e 16 de novembro. Foi essa informação que motivou o pedido de apreensão de seu passaporte pela CPI.

A gravação foi feita no dia 10 de novembro.